



Ata da 40.ª Reunião de Câmara | Extraordinária
22 de dezembro, 16:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a quadragésima reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Esteve ausente por motivos justificativos o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, sendo substituído pela Senhora Vereadora Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto.



1. **Autorização para fixação de preços – “Mercadinho de Natal dois mil e vinte e dois (2022)”**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 58 764/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a fixação de preços – Mercadinho de Natal dois mil e vinte e dois (2022), **aprovada por unanimidade**.

2. **Pedido de isenção de taxas de licença para caminhada solidária – EBI Gueifães – Agrupamento de Escolas da Maia**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 24 055/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pelo Agrupamento de Escolas da Maia – EBI Gueifães, **aprovado por unanimidade**.

3. **Pedido de isenção de taxas de licença para caminhada “Moreira com Cor” em quinze de outubro de dois mil e vinte e dois (15/10/2022) – Freguesia de Moreira**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 46 865/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Freguesia de Moreira, **aprovado por unanimidade**.

4. **Pedido de frequência gratuita de aulas de natação por Instituição no Complexo de Piscinas de Gueifães – Associação Criança Diferente I.P.S.S.**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 50 653/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Criança Diferente, I.P.S.S, **aprovado por unanimidade**.



5. **Solicita isenção de taxas sobre licença especial de ruído – Comissão Fabriqueira da Igreja de Folgosa**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 51 540/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Comissão Fabriqueira da Igreja de Folgosa, **aprovado por unanimidade.**

6. **Pedido de isenção de taxas de licenças para caminhada acompanhada de animais de companhia (cães) – Associação Cãoviver – Associação de Proteção Animal**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 54 165/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Cãoviver – Associação de Proteção Animal, **aprovado por unanimidade.**

7. **Pedido de isenção de taxas de licenças para procissão na via pública – Fábrica da Igreja Paroquial S. Salvador de Moreira**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 55 299/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Salvador de Moreira, **aprovado por unanimidade.**

8. **Pedido de isenção de taxas de licença de ruído e de utilização de artefactos pirotécnicos destinadas a celebração religiosa – Fábrica da Igreja de S. Tiago de Milheirós**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 55 684/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja de S. Tiago de Milheirós, **aprovado por**



unanimidade.

9. **Pedido de isenção de taxas de licença de ruído e de utilização de artefactos pirotécnicos destinadas a celebração religiosa – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca**

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 55 871/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca, **aprovado por unanimidade.**

10. **Protocolo de Associação ao Contrato Local de Segurança do município da Maia: Projeto “Urbaniza-te” – sexta (6.ª) edição**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 59 972/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o Protocolo de Associação ao Contrato Local de Segurança, **aprovado por unanimidade.** Não participou na votação o Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho por se declarar impedido nos termos do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo.

11. **Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro de Planeamento Territorial, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 47 014/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos dispostos no número quatro do artigo 121 do Decreto-Lei n.º 80/2015.



12. Atribuição de apoio financeiro às Associações de Proteção e Bem-Estar Animal do concelho da Maia, destinado à comparticipação de despesas de funcionamento

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 59 975/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio de cinco mil euros (5000,00 euros) a cada uma das três Associações de Proteção Animal a operar no Concelho, **aprovada por unanimidade.**

13. Atribuição de um apoio financeiro à entidade “A Causa da Criança” – Associação de Proteção à Infância e Juventude destinado a despesas de funcionamento em dois mil e vinte e um (2021)

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 57 413/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio à “A Causa da Criança” – Associação de Proteção à Infância e Juventude, no montante de nove mil e quinhentos euros (9500,00 euros), **aprovada por unanimidade.**

14. Atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Maia, tendo em vista a comparticipação financeira dos recursos humanos não financiados pelo Programa Escolhas

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 58 961/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Maia, no valor de nove mil novecentos e cinco euros e oitenta e oito cêntimos (9905,88 euros), **aprovada por unanimidade.** Não participou



na votação o Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho por se declarar impedido nos termos do artigo sessenta e nove (69) do Código do Procedimento Administrativo.

15. Comparticipação financeira a atribuir à Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo para realização de obras de remodelação e adaptação das atuais instalações do Lar de Santo António

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 59 800/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a celebração de um Acordo de Cooperação com a Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo, tendo em vista a comparticipação financeira de sessenta e três mil quinhentos e vinte e quatro euros e vinte e oito cêntimos (63 524,28 euros), repartida pelos anos económicos de dois mil e vinte e dois (2022) – trinta e um mil setecentos e sessenta e dois euros e catorze cêntimos (31 762,14 euros) e de dois mil e vinte e três (2023) – trinta e um mil setecentos e sessenta e dois euros e catorze cêntimos (31 762,14 euros), **aprovada por unanimidade.**

16. Atribuição de apoio financeiro ao Centro Social das Guardieiras, destinado às despesas de funcionamento em dois mil e vinte e dois (2022)

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 60 404/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio ao Centro Social das Guardieiras, no montante de cinco mil cento e dezassete euros e quarenta e cinco cêntimos (5117,45 euros), **aprovada por unanimidade.**

17. Atribuição de apoio financeiro ao Centro Social e Paroquial da Maia – Lar de Nazaré, destinado às despesas de funcionamento em dois mil e vinte e dois (2022)



Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 60 932/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio ao Centro Social e Paroquial da Maia – Lar de Nazaré, no montante de cinco mil setenta e dois euros e nove cêntimos (5072,09 euros), **aprovada por unanimidade.**

18. Atribuição de subsídios às Coletividades Desportivas, Associações com Atividades de Inclusão e Atletas Individuais do Concelho, tendo em vista o apoio aos seus projetos desportivos para a época dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três (2022/2023)

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 59 599/22

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que esta atribuição de subsídios às Coletividades do Município constituía uma avultada verba, a qual é bem demonstrativa da importância e do decisivo apoio que a Câmara concede a estas entidades, tratando-se do subsídio anual à época desportiva de dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte e três (2022-2023), ficando, assim, cobertas as necessidades financeiras dessas entidades.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro deu nota que na proposta em apreço havia um aumento de dotação no desporto federado feminino, pretendendo-se que seja dado incentivo, e no desporto adaptado.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro mais acrescentou que a Associação Cultural e Recreativa Os Fontineiros da Maia, Associação Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”, Clube de Praticantes Espaço Zoi, Futebol Clube de Pedras Rubras e Pedrouços Atlético Clube não iriam receber dado que não tinham evidenciado a regularidade contributiva e fiscal, mas assim que o fizessem, seria remetido para aprovação a atribuição do respetivo subsídio.

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, atribuindo subsídios às Coletividades Desportivas, Associações com Atividades de Inclusão e Atletas



Individuais do Concelho, tendo em vista o apoio aos projetos desportivos para a época dois mil e vinte e dois / dois mil e vinte e três (2022/2023), no valor de um milhão e trezentos e vinte e dois mil euros (1 322 000,00 euros), até ao montante de trinta e seis mil setecentos e trinta e um euros e vinte e oito cêntimos (36 731,28 euros) para o corrente ano de dois mil e vinte e dois (2022) e o remanescente no próximo ano de dois mil e vinte e três (2023), **aprovada por unanimidade**, com exceção dos subsídios à Associação Cultural e Recreativa Os Fontineiros da Maia, Associação Solidarietà Social “O Amanhã da Criança”, Clube de Praticantes Espaço Zoi, Futebol Clube de Pedras Rubras e Pedrouços Atlético Clube, por não terem evidenciado a regularidade contributiva e fiscal, ou o registo de beneficiário efetivo. Mais tomou conhecimento que a Coletividade “ADA Maia – Associação de Estudantes do Instituto Superior da Maia” procedeu à alteração da denominação social, sendo agora identificada como “AEUMAIA – Associação de Estudantes da Universidade da Maia”, mantendo o mesmo NIPC.

19. Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do município da Maia “Maia Equal+”

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 59 781/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o diagnóstico do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do município da Maia – Maia Equal +, **aprovado por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

20. Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para dois mil e vinte e três (2023) da Maiambiente

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que no que concernia à proposta de aumento do tarifário dois mil e vinte e três da Maiambiente, tinham um conjunto de questões que estavam ligadas a toda a descrição do ponto:



na proposta vinha um quadro com o tarifário não PAYT e o tarifário PAYT, mas as informações que tinham era que a partir de janeiro, a recolha PAYT iria ser alargada a mais áreas geográficas, questionando quais seriam as Freguesias, se iriam ser por zonas residenciais e que tipologias; a segunda questão tinha a ver com uma advertência, lembrando que no ano passado tinham tido praticamente uma semana, na altura do Natal, em que tinha havido algumas residências sem recolha de resíduos sólidos urbanos. Questionou se isso tinha sido acautelado dessa vez, dado que, provavelmente, iria haver alguma otimização de rotas, ou não, mas que não acontecesse o que tinha acontecido, resíduos sólidos espalhados pelo Município.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que estavam a cumprir o índice de aumento de preços de consumidor e tinham arredondado para três por cento (3%). Em relação às questões colocadas, deu nota que havia um plano de implementação do PAYT, devidamente divulgado no site da Maiambiente. Tinham começado inicialmente pelas moradias familiares, em zonas piloto. O objetivo era, além de completar todas as moradias unifamiliares, avançar numa segunda fase, aliás, já tinham começado, para os prédios que não tinham casa de recolha. Mais deu nota que devido a esse facto, tinham instalado equipamentos que permitiam na proximidade as pessoas terem essa recolha com a implementação desse modelo, o que fizeram com recurso a equipamento em que a pessoa tinha um cartão, sendo a tarifa calculada com base no resíduo que produzia, sendo contabilizado com base nesse mesmo cartão. Seguia-se a fase mais complexa, sendo que até iriam sugerir a apresentação formal da forma como iria fazer-se nos edifícios onde estava a maior dificuldade e, naquele momento, não estava em condições de dizer quais eram, sabendo que havia um edifício piloto já com sistema implementado em Moreira e tinha sido graças a isso e a um estudo de suporte realizado por entidades externas, que tinha permitido chegar ao modelo final, que contavam aplicar nos edifícios. Naquele momento, não tinha o plano com as datas e zonas, mas podia fazer chegar à Vereadora. Mais referiu que na última reunião onde esse plano tinha sido apresentado em Conselho de Administração, o que tinha sugerido foi, antes da sua divulgação pública, realizar uma sessão de explicação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação, dado que havia toda uma temática relacionada com estudos e teorias, tendo até o próprio Ministro do Ambiente dado algumas dicas. Mais referiu que se era fácil nas moradias



unifamiliares, nos prédios era muito mais complicado, havendo quem defendesse a técnica da permilagem ou por agregado familiar. A Maiambiente já tinha definido o modelo e iriam implementar. Em relação ao facto de no ano passado ter havido problemas relacionados também com a alteração do calendário, deu nota que tinham tentado antecipar a distribuição dos mesmos, que já tinham, entretanto, sido distribuídos, mas o que acontecia muitas vezes era que as pessoas ainda estavam no modo do calendário do ano transato, não colocando os contentores certos. Tinha tentado evitar isso, reforçando em termos de rotas. O grande impacto tinha ocorrido há dois anos, e no ano passado tinha sido residual. Mais reforçou que era uma época crítica, mas as equipas foram reforçadas.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que a sua questão era se em dois de janeiro iria haver alterações relativamente às áreas que iriam ser abrangidas pelo PAYT ou não.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda deu nota que estavam a avançar com vários serviços, não só com o PAYT, mas com os orgânicos, e que o seu próprio calendário já tinha mais uma recolha adicional relativamente ao ano anterior.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras salientou que não tinha recebido nenhuma comunicação sobre possíveis alterações no primeiro trimestre de dois mil e vinte e três.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que tinha sido amplamente divulgado através da comunicação social, do site e distribuição do calendário em suporte papel. Mais deu nota da existência de uma funcionalidade, se fizessem registo no site da Maiambiente, recebia-se todos os dias uma mensagem para colocar o contentor correto.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras referiu que uma boa estratégia era, tal como já tinha sido feito em anos anteriores, usar a fatura do SMAS que era enviada em papel e no mês anterior a acabar o ano envia-se o calendário.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que o calendário era colocado em cada caixa de correio, em envelope.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos referiu que o Partido Socialista iria votar contra, seguindo a orientação do que já tinham votado para o aumento das



tarifas da água, na reunião passada. Consideravam que as tarifas para dois mil e vinte e três deviam manter-se e que esta iniciativa consistiria numa forma de apoiar as famílias, proporcionando-lhes um maior rendimento disponível numa altura particularmente difícil em que assistiam às taxas de inflação mais elevadas nos últimos anos e taxas de juro em crescimento contínuo. Mais acrescentou que no site que tinha já referido na reunião passada da Proteste, esteve a ver o preço por resíduos sólidos, e na Maia para consumidores até cento e vinte metros cúbicos 120 m³ anuais, porque no site estavam assinalados os três componentes – abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, sendo que Vila Nova de Gaia pagava cinquenta e seis ponto quarenta (56.40) por ano, o Porto pagava setenta e cinco e quarenta e seis (75.46), Matosinhos noventa e seis (96) e na Maia pagavam cento e dezanove e sessenta (119.60). Mais acrescentou que consideraram importante rever essas questões, não obstante terem a perfeita noção de que o sistema de recolha de RSU's na Maia era o mais eficiente desses quatro. Mas por isso e uma vez que iam buscar também mais receita à parte de toda a reutilização dos resíduos que eram separados num volume muito maior na Maia, devia-se olhar para esses números e para o estudo feito.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda salientou que o serviço prestado era de longe o melhor e era de quarenta e dois ponto vinte e oito (42.28) a tonelada. Mais acrescentou que a ERSAR estava a ponderar criar uma distinção porque o Porto era sucessivamente eleito, levando o quadro de referência na recolha seletiva de resíduos, mas não fazia porta-à-porta e um dos critérios era que o preço da tarifa cobrisse o custo de serviço. Era evidente que o da Maia não cobria porque tinham um serviço de excelência e era o único que fazia recolha seletiva porta-à-porta, eram reconhecidos nacional e internacionalmente, mas depois outros Municípios eram distinguidos. No que dizia respeito à Maiambiente, só podia congratular-se pela prestação dos funcionários, que eram muito poucos para a prestação que tinham. Reiterou o convite para uma visita para terem a real noção de que com pouco se fazia tanto.

Depois de submetida a discussão e votação foi o Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para dois mil e vinte e três, **aprovado por maioria**, com os votos contra do Partido Socialista.



Os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram Declaração de Voto: "Os Vereadores do PS votam contra neste ponto por considerarem que as tarifas para 2023 deveriam manter-se, consistindo esta medida numa forma de apoiar as famílias no próximo ano, proporcionando-lhes um maior rendimento disponível, numa altura particularmente difícil, em que assistem às taxas de inflação mais elevadas dos últimos trinta anos e a taxas de juro em crescimento contínuo".

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 19:24h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 12 (doze) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 22 de dezembro de 2022